RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 21 de Novembro de 2026

Em audiência no Senado, Max Russi defende equilíbrio ambiental e produtivo

Audiência no Senado Federal

Redação

Em meio a um dos debates mais relevantes para o setor agropecuário do país, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), marcou presença na audiência pública realizada no Senado Federal, nesta quarta-feira (23/04) para discutir os impactos e a constitucionalidade da Moratória da Soja e da carne e da Lei nº 12.709/2024, recentemente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A audiência foi solicitada pelos senadores Wellington Fagundes (PL/MT), Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e Jayme Campos (UNIÃO/MT).

Max Russi, uma das principais lideranças políticas do estado com forte ligação ao setor produtivo, defendeu o posicionamento da ALMT ao aprovar a Lei 12.709/2024, que veda a concessão de incentivos fiscais e doações de terrenos públicos a empresas que aderem à Moratória da Soja. “Não somos contra a preservação ambiental, mas é preciso reconhecer que a moratória impõe restrições unilaterais ao produtor rural, sem respaldo legal, nem diálogo com os estados e os parlamentares que representam o setor”, afirmou Russi.

A Moratória da Soja e da carne é um acordo voluntário firmado em 2006 por entidades da indústria de grãos, exportadores, governo e organizações da sociedade civil — como o Greenpeace — para impedir a comercialização de soja oriunda de áreas desmatadas na Amazônia após julho de 2008. Apesar de seu caráter ambiental, o acordo vem sendo alvo de críticas por parte do setor produtivo, que alega impactos econômicos e limitação da soberania estadual sobre a gestão de seus recursos.

A suspensão da lei estadual pelo STF acendeu o alerta entre os parlamentares mato-grossenses. Para Russi, a decisão do Supremo fere a autonomia legislativa dos estados e ignora a realidade socioeconômica da região. “É no campo que está o sustento de milhares de famílias. Precisamos de políticas públicas que levem em consideração a preservação sim, mas também o desenvolvimento e a geração de emprego e renda”, completou o presidente da ALMT.

Durante a audiência, representantes do setor produtivo, ambientalistas e autoridades governamentais buscaram construir um diálogo mais equilibrado, que respeite tanto os compromissos ambientais

internacionais quanto a realidade produtiva da Amazônia Legal.

A fala de Max Russi reforça o posicionamento da ALMT em defesa de uma política agrícola que valorize a legalidade, a segurança jurídica e a competitividade do agronegócio mato-grossense — setor que representa mais de 50% do PIB estadual. A expectativa é que, a partir do debate no Senado, sejam encontradas alternativas legislativas que possam conciliar proteção ambiental com incentivo à produção responsável.

“O produtor rural não pode ser criminalizado por produzir dentro da lei. Precisamos ser ouvidos antes de sermos punidos”, concluiu Russi, sob aplausos de diversos parlamentares e representantes do setor.

A audiência marca mais um capítulo da complexa relação entre conservação ambiental e produção agrícola no Brasil, especialmente em estados como Mato Grosso, onde o agronegócio é motor da economia e fator de disputas políticas e jurídicas.

Crédito: Assessoria